

O equívoco na utilização das passagens aéreas por parlamentares brasileiros: leituras na Revista Veja

Jefferson Barbosa de Souza*

RESUMO: O estudo faz parte das reflexões desenvolvidas dentro dos estudos linguísticos e tem como objeto de análise o discurso político materializado na Revista *Veja* durante discussão sobre a utilização indevida de cotas aéreas por representantes parlamentares. O objetivo é mostrar alguns aspectos do discurso do político e do leitor, já que eles se dialogam e dão consistência à interincompreensão, uma polêmica regrada no interdiscurso que envolve os sujeitos enunciadoreis. Por meio da análise de recortes discursivos de três edições de *Veja*, podemos compreender que o gênero de texto e a posição institucional do sujeito enunciador são responsáveis pelas restrições de sentido que reconfiguram os dizeres sobre as cotas aéreas.
Palavras-chave: política; discurso; gênero discursivo; revista; interincompreensão

ABSTRACT: This study takes part in thoughts developed to linguistics and has as focus of analysis the politics discourse published on *Veja* Magazine, during discussion about prohibited using of passages by parliamentary representatives. The aim here is to show some aspects of police and reader's discourse, since they makes dialogue and build the interincomprehension. Through the analysis of discursive clippings from three editions of *Veja*, relatively to different genders, we may understand gender of texts and not just institutional position of subject of enunciation as responsible for restrictions of sense that remark speechs on reserve of passages.
Keywords: *politics; discourse; gender of discourse; magazine; interincomprehension;*

Apresentação

Desde que a Análise do Discurso se tornou disciplina internacionalmente relacionada às práticas de explicação de texto, o discurso político era o *corpus* preferencialmente examinado. Ainda naquela época, esse tipo de discurso era tomado em sua versão impressa, geralmente uma arenga ou propaganda política da qual se extraíam termos, e a análise recaía em explicações lexicológicas. Somente após reflexões mais apuradas em torno das orações relativas, Pêcheux e seu grupo tiveram condições de perpetrar um profundo deslocamento em direção ao funcionamento discursivo. Esse funcionamento está de acordo com as determinações ideológicas que atravessam o sistema da língua, produzindo equívocos que geram efeitos de sentido diferentes do pretendido pelo locutor do discurso.

* Mestre em Letras pela UFMS, Câmpus de Três Lagoas. Atualmente é aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL-UNICAMP.

Este estudo, em particular propõe refletir sobre alguns aspectos linguísticos e discursivos do discurso político na imprensa brasileira contemporânea. Nossa atenção recai sobre o discurso político, visto que este é chamado a explicar-se publicamente sobre uma polêmica concernente ao uso de passagens aéreas por parlamentares brasileiros para viagens executivas. A partir desse enfoque, acreditamos conferir espaço aos sentidos arrolados sobre esse evento, compreendendo tanto como a língua, o sujeito contemporâneo e a história se envolvem, produzindo sentidos que, colateralmente, passam a circular na sociedade.

Pautando-nos em Courtine (1981), Maingueneau (1984/2005) e, especialmente, Pêcheux (1969, 1975 e 1983)¹, procuramos constituir um *corpus* dinâmico e polêmico. Dinâmico por tratar-se de um tema discutido ao longo de três edições da *Revista Veja: Genética não é o destino* (24/04/09); *Puxe para se livrar deles* (29/04/09); e *A candidata e o câncer* (06/04/09). É importante dizer que adotamos essas edições e os possíveis desdobramentos do dizer, visto que assim nos detemos mais especificamente sobre o processo discursivo. Houve momento também em que nos dedicamos às contribuições de Bakhtin (1992) e Charaudeau (2006) no que concerne aos gêneros de discurso. Estes permitirem restringir, regular o modo como se textualiza o discurso, definindo, em outras palavras, “aquilo que pode ou se deve dizer em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX *et al.*, [1971] 2007, p. 26).

Como indicamos por intermédio dos autores consultados, filiamo-nos aos estudos que primam pela discursividade, sendo esta o modo pelo qual a língua faz sentido, uma vez estando relacionada à história, às instituições e às situações particulares de enunciação.

Nossa escolha pela revista semanal *Veja* ocorre não só em virtude de ela constituir atualmente uma das revistas mais lidas no Brasil, inclusive no exterior, mas sobretudo pela facilidade de acesso, podendo ser lida também na internet, por meio de sua digitalização virtual². Por isso, voltamos a destacar que nosso objetivo prima pela análise de alguns aspectos do discurso político e outros que o tomam interdiscursivamente, articulados nos textos de *Veja*. Dessa forma, não é objetivo deste compreender aspectos da leitura no suporte revista.

¹ Reunidos e editados por Gadet e Hak (1997).

² A revista pode ser acessada em: <http://www.veja.com.br/acervodigital/home.aspx>.

Assim, organizamos nossa leitura em três momentos fundamentais: primeiro, buscando fundamentar-se teoricamente, fornecendo indicações dos conceitos que subsidiam seus procedimentos de análise. Em segundo, focalizando na amplitude dos estudos discursivos contribuições acerca de estudos de gêneros de discurso a fim de relacionar os dizeres aos lugares em que se textualizam. E finalizamos com a análise de seis recortes nos quais se expõem diferentes sujeitos enunciadore e instituições, apontando para a existência da polêmica, discursivamente marcada por funcionamentos discursivos específicos.

1. Posições teóricas sobre a discursividade

Como uma *ferramenta imperfeita*, sem fins instrumentais ou de pura comunicação, ou tendo uma ordem própria, conforme admite a Análise do Discurso (AD), a língua é o veículo que permite dar materialidade ao discurso, porque, apesar de formada de regras que lhe garantem relativa autonomia, as mesmas implicam a formação de posições ideológicas, próprias do funcionamento discursivo.

A AD considera, portanto, que a língua é o lugar material em que se dão os processos discursivos, nos quais se definem os objetos discursivos, postos em funcionamento pela língua em sua conjunção com a história e as relações institucionais (PÊCHEUX, 1969; 1975). Assim, nossa análise parte de uma polêmica envolvendo políticos do Congresso Nacional quanto ao “uso” de cotas indenizatórias de passagens aéreas “para uso particular”. Essa polêmica adquire espaço na mídia e atinge a opinião pública tornando a circulação do discurso uma infindável remissão e interincompreensão.

A interincompreensão é compreendida aqui tal como formula teoricamente Maingueneau (2005). Trata-se de conceber a heterogeneidade própria de uma formação discursiva que deve sua existência a uma interação constitutiva e necessária com o Outro. Relação que se aproxima da definição de discurso mobilizada por Pêcheux (1969), como efeito de sentido entre interlocutores A e B, numa dada conjuntura - salvo o empirismo desta definição inicial.

Essa remissão apresentada sob a forma de interincompreensão permite compreender o discurso em sua possibilidade de repetição, o que poderia ser posto em outras palavras, como um acontecimento, ou seja, um jogo definido entre uma

atualidade e memória. Dito ainda de outra maneira, trata-se de um modo de inscrição histórica através da memória que subjaz os objetos de que falam os sujeitos em conjunturas ideológicas e situações específicas.

Tendo por condição de produção aquilo que torna possível a formulação e a compreensão de um processo discursivo, entende-se que a denúncia dos gastos políticos com passagens aéreas e a sua posterior disseminação pela mídia provocou reações tanto dentro como fora do Senado. De fato, a política brasileira nunca havia sido questionada quanto aos gastos com passagens aéreas, pois se tinha como pressuposto sua utilização pelos congressistas para participar das sessões da Câmara, tratando-se de viagens especificamente políticas.

Desde a redemocratização do Brasil, em 1985, quando o país deixou de ser presidido por generais, houve a reabertura do parlamento brasileiro. Com o objetivo de formular e viabilizar projetos legislativos que atendam às necessidades nacionais, o Congresso Nacional é palco de decisões políticas importantes para um país; nele se definem e aprovam leis que regulamentam os outros poderes. Acontece que, em vista do atual cenário no qual a Câmara tornou-se o centro de atenções através de escândalos como: “utilização de cotas por deputado para a construção de um castelo em Minas Gerais”, e o uso das mesmas para financiar viagens de familiares e cônjuges para o exterior, o Presidente do Senado, o então deputado Michel Temer (PMDB), foi chamado a dar explicações à *Veja*. Nessa entrevista, o deputado frisou que os gastos parlamentares estavam sendo reduzidos, e por causa dessa redução é que surgiram as denúncias da “má” utilização dos bilhetes aéreos por políticos, facilitados, inclusive, pelo Supremo.

Uma vez que esse contexto é o mirante por meio do qual se realizam nossas análises, expomos, em seguida, os efeitos ocasionados pelos gêneros de texto (ou tipos de discurso), pois eles estão, como veremos, intimamente ligados às condições de produção discursiva.

3. Gêneros de texto e restrição discursiva

Para Bakhtin (1992), um dos iniciadores modernos da reflexão sobre os gêneros de discurso, a produção linguística é rica e diversificada, pois ela é um fato profundamente social. Significa dizer que tal produção acontece na interação verbal, que é uma condição para a formação de enunciados determinados tanto pela situação

material concreta quanto pelo contexto social mais abrangente. Contudo, segundo o estudioso, existe uma organização que prescreve “o modo como se deve portar a linguagem para dispô-la numa situação de interação”, em que, assim,

para falar utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma formação padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. [...]. Aprendemos a moldar nossa fala às normas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prescrever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações (BAKHTIN, 1992, p. 301-2).

Embora a preocupação com o gênero remonte aos gregos acerca dos textos institucionais e literários, ele também visitou os estudos discursivos. Sua passagem pelas páginas da AD pode ser lida na formulação de Pêcheux para formação discursiva, quando relaciona aquilo que se pode e deve dizer à forma de “uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166). Seguindo esse raciocínio, poderíamos dizer que o gênero pode ser pensado a partir da formação discursiva que delimita o legítimo a ser enunciado e caracteriza relativamente uma identidade enunciativa.

Quando pensamos o gênero, a partir do suporte revista, antecipamos as diferentes formas textuais nas quais os enunciados podem estar organizados, isto é, por meio de entrevistas, reportagens, notícias, ensaios, depoimentos, editoriais, propagandas, charges, colunas. É como admite Mariani (1998, p. 199), ao afirmar que a imprensa funciona desambiguizando o mundo, isto é, “a construção das notícias se dá pela formulação de enunciados que organizam os acontecimentos em uma ordem logicamente representável”. Essas formas textuais “logicamente” possíveis estão, no entanto, submetidas, para o bem ou para o mal, à ordem do enunciável e, em decorrência disso, aos grandes monumentos textuais que se oferecem como modelos de leitura e ao mesmo tempo funcionam como uma memória. Essas fórmulas discursivo-textuais funcionam, assim como atesta Foucault (2008, p. 136), como “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada

época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Conforme Bakhtin (1992), os gêneros diferenciam-se em primários e secundários. Aqueles também definidos como livres são constituídos na vida cotidiana e mantêm relação com a situação imediata na qual são produzidos, ao passo que esses outros, estandardizados, surgem nas circunstâncias culturais em que a escrita é necessária.

De outra ótica, Patrick Charaudeau (2006) estuda o dispositivo discursivo da mídia e nos orienta quanto a alguns de seus mecanismos estratégicos de funcionamento. Embora essa perspectiva pactue consideravelmente com abordagens pragmaticistas, ela nos serve de ancoradouro para pensar sobre as interdições constitutivas imbricadas pelos gêneros de discurso. Para esse autor, a entrevista jornalística diferencia-se do bate-papo e da conversa, pois não possui papéis legitimados entre os interlocutores de que lhe participam. Há uma espécie de contrato midiático definido especialmente pelo *status* conferido à situação de entrevista que põe em cena um questionador e um questionado (esclarecedor, detentor de um saber). Essa entrevista é, além disso, lida ou ouvida por um terceiro que precisa saber de alguma coisa que é de seu interesse (a revelação de uma verdade).

A entrevista, quanto à sua especificidade, pode ser política, de especialista, de testemunho, cultural, de estrela. Uma vez que lidamos com uma situação em que um representante político é convocado a fornecer explicações por meio de uma entrevista à *Veja*, tem-se configurada uma situação de entrevista política ou “um gênero que se presume por à disposição da opinião pública uma série de julgamentos e de análises que justifiquem o engajamento do entrevistado” (CHARAUDEAU, 2006, p. 215). Defendemos também que o gênero entrevista permite configurar um espaço de debate estratégico, posto que o entrevistado, geralmente alguém considerado detentor de um saber determinado, pode conduzir a entrevista como um jogo de imagens antecipado pelo que se espera que o outro imagine ouvir ou saber. Há, contudo, de convir que essa estratégia não seja fruto das intenções do locutor. Esteja claro que as formações imaginárias funcionam como dispositivos de antecipação de posições, corroborando um esquema de restrições não conscientes aos indivíduos, os quais são tomados pelo processo discurso e pelas condições de produção discursiva. (SOUZA, 2008).

Diferente da entrevista que possui uma tendência interacional, a reportagem é um gênero cujo propósito é a explicação de um fenômeno político ou social. Tratando-se de abordar fenômenos dessa natureza, alguns princípios devem ser considerados em razão de operar conjuntamente com a esfera pública, entre eles se dispõem: princípio de saliência (que seja de interesse geral e que tenha o homem implicado sobre uma desordem ou enigma a desvendar), princípio de objetivação (adotando um ponto de vista distanciado e global), princípio de inteligibilidade (propor um questionamento ao fenômeno).

É desse modo que entendemos, assim como Mariani (1998), que o discurso da mídia e, por extensão, jornalístico é um tipo de “discurso sobre”. A objetividade, o distanciamento e a relevância dos assuntos nada mais são do que efeitos exclusivos das condições de produção do discurso jornalístico.

A entrevista, a carta do leitor e o artigo apesar de comporem um universo textual que tem por foco a divulgação ou a discussão de fatos cotidianos, eles têm a função de restringir o que pode ser dito numa situação particular, como já afirmara Pêcheux em outro momento. O passo seguinte será, portanto, visualizar esse efeito em concomitância ao funcionamento discursivo, configurado por condições de produção ideologicamente determinadas, o que nos fornece um campo de interesse de estudo, a polêmica.

3. A opacificação do “equivoco” no discurso político veiculado em *Veja*

Ao nomearmos esse item como “opacificação do ‘equivoco’ no discurso político” temos em mente enfatizar a característica deste: se comprometer cada vez menos com os fenômenos políticos e sociais. O apartidarismo e a desideologização são características inerentes do fazer político contemporâneo, haja vista como nos diz Courtine (2006, p. 31):

A conjuntura política, sem dúvida, se modificou consideravelmente: ela é dominada há alguns anos pelos temas do recuo ou do refluxo do político. Esses signos são múltiplos: despolitização do corpo social, ‘desideologização’ de certos partidos políticos em nome da ‘modernização’, mas também declínio do militantismo e da sindicalização concretas e realistas; a esquerda no poder, portanto, descobre o pragmatismo político. Outros signos ainda: o “silêncio” dos intelectuais, a indiferença ou a apatia da maioria deles, o recolhimento de cada um em si mesmo; renovação do individualismo, que se desenvolve

em um espaço considerado como politicamente vazio, retoma com fascínio os modelos econômicos e cultural da América de Reagan (...)" (COURTINE, 2006, p.31).

Importante mostrar, contudo, que esse apartidarismo não significa completamente o fim da política, mas, por outro lado, que a política é a gestão também da “política da diplomacia”, descomprometendo-se face aos eleitores e aos políticos especialmente. É válido crer nisso principalmente porque a política desenvolveu meios de separar “discurso” e “ação”. Sendo exclusivamente retórico, o discurso político não configura uma ação propriamente dita (ARENDDT, 1980). Dessa maneira, quanto menor o comprometimento mais a política se mostra como uma opacidade. Esta, assim hipotetizamos, encontra-se no fulcro das polêmicas envolvendo diferentes indivíduos que leem a revista (e ouvem aos noticiários).

É nesse gesto de interpretação que nos propomos a analisar um trecho da entrevista de Michel Temer:

A imagem mostra um trecho de uma entrevista de Michel Temer, publicado na revista Veja em 22/04/2009. O texto está em um fundo amarelo e diz: "É vital distinguir os equívocos de A, B ou C do comportamento correto da maioria dos parlamentares. É preciso preservar a instituição dos erros de poucos." Há um pequeno quadrado preto no final da frase.

Fig. 1- Entrevista de M. Temer, Veja, 22/04/2009.

Notemos nessa enunciação a ocorrência, por exemplo, de uma construção impessoal, sem sujeito gramatical aparentemente situado. A fórmula (É + adjetivo + verbo infinitivo), em “É vital distinguir...” e “É preciso preservar...”, funciona de modo a atender ao princípio de objetivação do discurso jornalístico, como se esse tipo de formulação isentasse o discurso de qualquer subjetividade.

Entendamos que na esfera congressista é muito comum que os políticos procurem ‘controlar’ o discurso. Contudo, não significa que esse controle se deva por simples escolha ou tomada de consciência, mesmo por que a situação de entrevista regula consideravelmente o que se pode e deve dizer. Assim, tem-se uma coação subjetiva mantida por meio da situação discursiva, ideologicamente determinada pela exterioridade, que interdita os dizeres possíveis, delimitando o ‘real’. Isto, de fato, nos conduz a interpretação de que o locutor líder do senado não pode nem deve apontar

explicitamente os “políticos equivocados”. Dessa forma, as letras A, B e C no discurso político funcionam como incógnitas - inomináveis, de uma matemática vazia - de um conjunto maior que é o Congresso brasileiro.

Essa natureza do sentido, estando sempre remetida à exterioridade e coordenada pelos fenômenos exclusivamente linguísticos dão concretude ao discurso. Percebe-se, por exemplo, que, nessa mesma sequência, a modalização deôntica (“É vital...”; “É preciso...” = necessidade), implica ordem, obrigação, necessidade – como expressão decorrente de um exercício moral –, atribuindo outros sentidos a essa formulação. O discurso político tende a corresponder, em certa medida, aos princípios morais, pois lida com a difícil tarefa do jogo de imagens, em que não nomear os políticos responsáveis pelo escândalo e, ao mesmo tempo, explicar ao leitor que se trata de um erro incomparável, de poucos, é um modo de produzir um equilíbrio entre as partes da classe política e da classe eleitora.

Por intermédio do enunciado do senador tem-se a mácula de um enunciador que fala de uma posição específica, constituído diplomaticamente, como alguém que é a favor da restrição das cotas e punição dos congressistas envolvidos no esquema. Tomar tal partido, contudo, significa associar-se ao “comportamento” honesto da maioria dos deputados, e essa já é uma posição discursiva, ideológica. Descomprometer-se também é comprometer-se.

É comum em revistas de edição semanal a existência de Painéis do leitor, um espaço de aproximadamente duas páginas, destinado a cartas ou e-mails enviados por leitores, com a finalidade de rebater temas e matérias suscitados em uma ou mais edições anteriores. Nesse espaço reservado ao gênero epistolar, há uma organização tipicamente cronológica e temática, e, além disso, não são todas as cartas publicadas; há uma seleção (edição) feita pela própria revista. Assim, em uma edição posterior a 22 de abril da revista *Veja*, aquela mesma “matemática das letras” será retomada nas cartas enviadas pelos leitores, como se lê:

Michel Temer
Não concordo com o raciocínio do deputado Michel Temer (Amarelas, 22 de abril) quando ele diz ser vital separar os “equivocos” de A, B ou C do comportamento correto da maioria dos parlamentares. É sabido que na política brasileira prevalecem os equívocos e o comportamento correto só de uns poucos. É preciso, assim, preservar a instituição dos erros de muitos, e não de poucos. A população espera por mudanças. Ninguém suporta mais tanta falcaturia.

Fig. 2- Painel do leitor, Veja, 29/04/2009.

Para o leitor, a declaração produz outros efeitos de sentido em relação aos “pretendidos” por Temer, especialmente no que concerne ao sentido da palavra “equivoco”. Conforme dizia Temer nas páginas amarelas de 22/04 equivoco equivale a erros, e estes são de poucos. Contudo, no dicionário, por exemplo, o item lexical “equivoco” possui as seguintes acepções: “1. Ambíguo. 2. Que dá margem à suspeita. [Antôn.: inequivoco]. sm. 3. V. engano. 4. Série de afirmações, ou raciocínio, em que se dão sentidos diferentes a uma palavra; equivocação.” (FERREIRA, 2001, p. 299). O que importa mostrar não é, por exemplo, o caso da utilização de uma palavra por um parlamentar brasileiro, mas advertir que o “equivoco” da língua afeta o sujeito e isso produz efeitos discursivos. Ao retomar o equivoco como sinônimo de “erro”, produz-se o efeito de sentido de que a utilização das cotas é uma regra, uma norma que jamais deveria ter sido violada, não dando margem para “enganos”.

Além disso, no recorte supramencionado as expressões adverbiais negativas “não concordo”, em “não concordo com o raciocínio do deputado Michel Temer...”, e “ninguém suporta”, em “Ninguém suporta mais tanta falcaturia”, constituem índices de equivoco entre os dizeres. A forma indefinida do pronome “ninguém” produz outro efeito, o de generalizar uma posição de inconformismo. Essa forma genérica de se referir à entrevista de Temer parece, hipoteticamente, a atualização de uma memória construída historicamente sobre a situação política no país, concebendo através do dizer que há quem concorde com os equivocos relativos aos gastos políticos do dinheiro público.

Fato importante a ser considerado é que na posição do discurso político o equivoco pluralizado é atenuado pela proporção menor das partes responsáveis pela sua causa; em outras palavras, equivale a três letras em um alfabeto inteiro. Contudo, o interlocutor, em contato com o texto da entrevista, não fala do mesmo “equivoco”.

Nessa posição sujeito, os equívocos, entre aspas, marcam uma alteridade (MAINGUENEAU, 1993, p. 89). Essa alteridade não só tem a ver com uma contraidentificação, mas é próprio da memória histórica sobre “como age a política no Brasil”. Fazem adquirir sentido, sem apresentar marcas explícitas, casos antigos como “mensalão”, “operação sangue-suga”, cujos protagonistas são sempre os políticos em contato com o ilícito.

Sendo uma formação discursiva³ aquilo que pode e deve ser dito ou organizado sob a forma/restrrição de um gênero específico; e uma entrevista, um jogo de perguntas e respostas, no qual os interlocutores produzem tanto imagens de si quanto um do outro, gerando o efeito de que o dizer passa pela ilusão imaginária de que o outro espera/imagina ouvir (ORLANDI, 2001); deve-se considerar que no interior da formação discursiva política, que caracteriza a primeira sequência citada, o sujeito enunciador é interpelado pela ideologia do “politicamente correto”, gerando um efeito de ética e de respeito ao cidadão eleitor, quando não se diz coisa diferente que: “comportamento correto de muitos... preservar a instituição dos erros de poucos...” Logo, o sentido está relacionado tanto com o gênero e como com a posição em que fala o locutor.

Em contrapartida, a formulação subsequente à do deputado, no Painel do Leitor, cita um trecho dessa entrevista, especialmente aquele a que a revista conferiu “destacabilidade”⁴, configurando um caso de intertexto⁵. Contudo, o intertexto, em particular, está a serviço da produção de uma contraidentificação em relação ao primeiro texto, como se lê em “preservar a instituição dos erros de muitos, e não de poucos”. Ora, essa polêmica permite mostrar que é a partir do interdiscurso que se constitui essa interincompreensão entre os discursos, pois o interdiscurso é um campo que sofre reatualização e configuração incessante. Assim, podem-se dizer duas coisas acerca da constituição dessas formações discursivas no mesmo espaço discursivo: a formação discursiva do (e)leitor traz o discurso de seu Outro (político), para confrontá-lo, de acordo com outra posição ideológica (da ética ou respeito ao eleitor); ou que o

³ Vale mencionar o balanço feito por Pêcheux (1983, p. 314) sobre esse conceito, tendo em vista que uma FD não é mais concebida como uma maquinaria estrutural fechada, mas constantemente invadida por outras FD, evidenciando pré-construídos e discursos transversos.

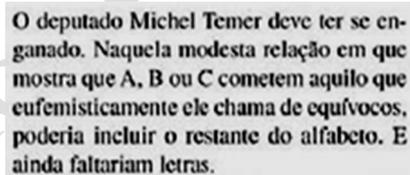
⁴ Na primeira página da entrevista, é perceptível uma imagem do deputado Temer, tendo, ao lado, a mesma sequência discursiva selecionada em Fig. 1.

⁵ A noção de intertexto que aqui mobilizamos tem sua sustentação em Fiorin (2006), como a citação de um fragmento de outro texto num texto segundo.

discurso político produz a “dissimulação”⁶ da memória da política brasileira, a qual constituirá num ingrediente especial do discurso do (e)leitor, como em “É sabido que na política brasileira prevalecem os equívocos de muitos e o comportamento correto de só uns poucos”.

No entanto, o que leva o leitor a dizer algo diferente do político, em relação à memória que se tem da política brasileira? Supõe-se que cada formação discursiva seja capaz de reproduzir elementos coerentes com sua posição ideológica, o que, de fato, representa não um papel do interdiscurso, mas do pré-construído. Possenti (2009, p. 162) menciona que essa estratificação sutil entre pré-construído e memória resulta, na acepção de Courtine (1981), da apropriação que o sujeito faz dos objetos no interior da formação e sequência discursivas, a fim de que possam tornar-se elementos de seu discurso. Desse ponto de vista, a memória discursiva prescinde de uma “existência histórica do enunciado no seio das práticas reguladas por aparelhos ideológicos”, ou seja, subscreve-se o papel preponderante do que se pode e deve lembrar no seio de uma luta ideológica, em que o dizer é necessariamente “político”, uma questão de dizer *x* e não *y*. O caso disso é o que se verá a seguir.

Em outra carta no mesmo Painel, há outro caso de polêmica:



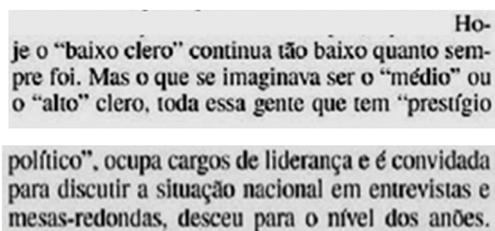
O deputado Michel Temer deve ter se enganado. Naquela modesta relação em que mostra que A, B ou C cometem aquilo que eufemisticamente ele chama de equívocos, poderia incluir o restante do alfabeto. E ainda faltariam letras.

Fig. 3- Painel do leitor, Veja, 29/04/2009.

Aqui o engano do deputado não é levado a sério e surgem marcas de um posicionamento irônico. Note a ocorrência do advérbio “eufemisticamente” em “aquilo que eufemisticamente ele chama de equívocos...”, ela se produz um distanciamento entre esse enunciado e o do deputado, mostrando as diferenças de sentido atribuídas aos “equívocos” e, sobretudo, à prática desenvolvida no Congresso.

⁶ “Toda formação discursiva **dissimula**, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1975, p. 162; grifo nosso).

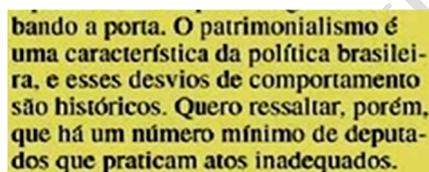
Para prosseguir a análise e apontar o que se interpreta sobre isso, vejamos mais alguns excertos. O primeiro (Fig. 4) refere-se a um artigo publicado na revista em questão em que se diz:



Ho-
je o “baixo clero” continua tão baixo quanto sem-
pre foi. Mas o que se imaginava ser o “médio” ou
o “alto” clero, toda essa gente que tem “prestígio
político”, ocupa cargos de liderança e é convidada
para discutir a situação nacional em entrevistas e
mesas-redondas, desceu para o nível dos anões.

Fig. 4- Coluna de J. Guzzo, *Veja*, 29/04/2009.

O outro se trata da entrevista concedida por Temer à *Veja*, na qual diz:



bando a porta. O patrimonialismo é
uma característica da política brasilei-
ra, e esses desvios de comportamento
são históricos. Quero ressaltar, porém,
que há um número mínimo de deputa-
dos que praticam atos inadequados.

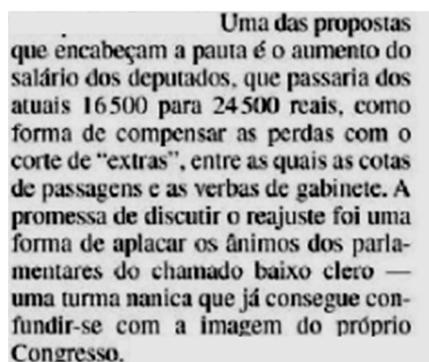
Fig. 5- Entrevista M. Temer, *Veja*, 22/04/2009.

Esses dois exemplos evocam de um modo ou de outro a memória histórica. Ela se constitui no fio por meio do qual as enunciações adquirem sustentabilidade, sobretudo, atualidade. Na primeira sequência (Fig. 4), a posição do sujeito é deslocada em função do acontecimento que põe em circulação novos discursos sobre esquemas de desvios de bilhetes aéreos. O acontecimento rompe o imaginário que o sujeito tinha a respeito do que constituía o “meio” e “alto” clero da política, perceptível pela formulação iniciada pelo conectivo “mas”, que, entre outras funções, tem a característica de apresentar outro ponto de vista.

Quanto à segunda sequência (Fig. 5), apoia-se sobre pré-construídos que permitem falar do ponto de vista da política. Desse modo, fala-se do “patrimonialismo”, cujos limites não haviam sido sequer discutidos em toda a história brasileira. Sabe-se que ele foi interrompido, apenas, com a implantação do regime militar no país, a partir de 1964. O patrimonialismo tem a característica de poder fazer uso de todos os recursos sem prévia autorização do senado. Acontece que esse pré-construído, atrelado aos “desvios de comportamento”, permite provocar efeitos de sentido que, do ponto de vista

político, não são legítimos. Por isso, insiste-se em dizer que os deputados que se “equivocam” (“praticam atos inadequados”) são poucos.

A sequência a seguir se refere à decisão dos deputados de restringir os gastos com passagens. No entanto, sua implementação conta com novo assunto em pauta, a transposição do benefício de cotas extras para o aumento do salário parlamentar.



Uma das propostas que encabeçam a pauta é o aumento do salário dos deputados, que passaria dos atuais 16.500 para 24.500 reais, como forma de compensar as perdas com o corte de “extras”, entre as quais as cotas de passagens e as verbas de gabinete. A promessa de discutir o reajuste foi uma forma de aplacar os ânimos dos parlamentares do chamado baixo clero — uma turma nanica que já consegue confundir-se com a imagem do próprio Congresso.

Fig. 6- Reportagem: Sinais de vida, Veja, 06/05/2009.

Nesse excerto, explicita-se o debate em tona da restrição das cotas leva a discussão para outro plano, o salarial. E, em face desse deslocamento em que um acontecimento é suscetível de convocar outros, mais ou menos visíveis (FOUCAULT, 1972) – inclusive o de uma possível reforma política⁷ –, a posição ideológica da revista não se atenua, mantendo seu posicionamento diante da atitude dos parlamentares. Na passagem “A promessa de discutir o reajuste foi uma forma de aplacar os ânimos dos parlamentares do chamado baixo clero – uma turma nanica que já consegue confundir-se com a imagem do próprio Congresso”, tem-se o que Fuchs (1985) denomina de paráfrase ou reformulação⁸. Como uma forma de controle da interpretação, esse recurso permite controlar uma expressão passível de muitas interpretações. Porém, a paráfrase ocorre também em relação à sequência da Fig. 4, quando se diz: “o que se imaginava ser o ‘médio’ ou o ‘alto’ clero... desceu para o nível dos anões”. Desta feita, pode-se afirmar que o efeito de sentido gerado por essas paráfrases estão associadas a uma mesma posição ideológica, já que, para esta, converter a restrição em cifras no salário

⁷ Tratam-se de reportagens como “A política na UTI” (29/04) e da coluna *Radar*, da *Veja*, que leva o título de “Fantasmas aterrorizam a Câmara” (06/05).

⁸ Fuchs (1985) diz haver três tipos de reformulação. A com a qual estamos lidando é a parafrástica, isto é, de dizer com outras palavras uma formulação anterior, a fim de determinar-lhe melhor o sentido.

dos deputados é o mesmo que fornecer passagens “gratuitas” e, conseqüentemente, homogeneizar o que se diz “clero”. Ou seja, para os leitores não interpretarem a seu modo particular, abrindo caminho para outros sentidos possíveis de “baixo clero”, como uma congregação de fiéis de uma instituição religiosa, o locutor da revista faz uso da reformulação, explicitando por meio de um aposto explicativo que se trata de “uma turma nanica que já consegue confundir-se com a imagem do próprio Congresso”.

Note que as expressões “baixo clero”, “turma de nanicos” é uma forma de intertexto, pois retomam o exemplo de Michel Temer em categorizar os políticos em A, B e C, como os responsáveis pelo “equivoco”. Por outro lado, a reformulação explicitada anteriormente transforma esse intertexto, quando se diz que “uma turma nanica que já consegue confundir-se com a imagem do próprio Congresso”. Dessa forma, acaba-se gerando um caso de simulacro do discurso político, uma vez que, se está dizendo o inverso do que dizia Temer na entrevista: não é uma minoria, mas um todo.

Embora a reformulação parafrástica permita ao locutor certificar-se de que os sentidos “pretendidos” não sejam desviados, isto é, para que se garanta controle e homogeneidade da interpretação, só o fato de se mencionar que a “promessa” destina-se ao “baixo clero” ou “turma nanica” já se está produzindo equívocos, pois, na verdade, essa promessa acaba abrangendo, conseqüentemente, todos os políticos. Logo, como se pode distinguir uma classe política reivindicante de outra que os acusa de usufruir dos recursos extras? O equívoco aí se apresenta sob a distinção dos parlamentares em outra categoria, para a qual se discute a proposta de aumento salarial, e quem a discute são deputados e não uma “turma nanica”.

Assim, constrói-se na revista, de um modo geral, uma subcategorização ou identificação dos deputados que se revoltam com a isenção dos recursos extras gastos com viagens desnecessárias. Ao passo que o público julga não existir essa diferenciação e que esse equívoco também é de Temer, ao conferi-lo apenas às três primeiras letras do alfabeto. A polêmica, nesse sentido, está na região do interdiscurso, nas fronteiras ou relações que uma formação discursiva estabelece com a outra, produzindo simulacros que funcionam de modo a desconstruir os sentidos gerados pelo discurso de outrem.

Considerações finais

A partir da discussão e análise dessas seqüências, é possível compreender que o processo discursivo sobre os bilhetes aéreos submete-se a ideologias concessivas e restritivas que se fundamentam nos pré-construídos determinados por cada uma das formações discursivas em que se formam, admitindo a possibilidade de estar a favor ou contra os benefícios parlamentares. Lembrando-se de que as formações discursivas dizem respeito às posições enunciativas dos sujeitos nos dizeres e o modo como elas se associam à textualidade que lhes dão materialidade.

Nas análises observou-se que a palavra “equivoco” foi mencionada por diferentes locutores e apresentou diferentes efeitos de sentido estando inserida numa situação de polêmica ou interincompreensão discursiva. A noção de equivoco que, por sinal, também é desenvolvida teoricamente pela AD, possui como sinônima a palavra “erro de poucos” no discurso político. Assim, os equívocos da língua atravessam o sujeito interpelado pela ideologia do apartidarismo ou do “politicamente correto”, como se pode notar na entrevista de Michel Temer. Em face desse dizer, as cartas dos leitores mostraram que, embora os equívocos sejam “erros” também, estes são de muitos e, sobretudo, históricos, já que “A população espera por mudanças”. Isso vem corroborar que prevalece o mesmo na política e esse mesmo é o equivoco não disfarçado da política.

Embora naquela entrevista de Temer não se abstraia uma posição explicitamente marcada, as cartas dos leitores, o artigo e a reportagem da revista confrontam-se com o discurso político, tratando sempre dele e/ou da memória em torno do que é fazer política no Brasil. É notório que num contexto neoliberal, como o nosso, o sujeito esteja na injunção de dizer pelo bem do dever da transparência política e pelo direito de se defender publicamente frente às denúncias. Por isso, notamos no texto da entrevista não só a menção de letras no lugar de nomes de supostos parlamentares envolvidos no esquema de cotas aéreas, mas também uma impessoalidade no fio discursivo, como em “É vital distinguir os equívocos... É preciso preservar a instituição...”. Assim se sustenta essa posição e ao mesmo tempo ela busca ideologicamente se preservar de qualquer constrangimento, tanto que evoca o “patrimonialismo” histórico no Brasil, como forma de justificar as medidas tomadas erroneamente pelos parlamentares.

Paralelamente às posições constituídas nos recortes discursivos aludidos, notamos que o gênero entrevista, em relação aos demais mencionados, por sua natureza

de inquirição, modula um pouco o que pode e deve ser dito, em razão do jogo imaginário e de antecipações desenvolvido pelo sujeito que fala. Se bem que, por outro lado, a posição institucional interfira decisivamente na ordem do discurso. Conforme expomos, os leitores, a revista e o próprio político constroem posições de acordo com suas filiações institucionais e estas são consonantes também com o tipo de texto em que estes sujeitos dizem. Na entrevista, por exemplo, temos um indivíduo como Michel Temer, deputado do PMDB, partido cuja história de filiações partidárias é uma característica importante a ser considerada, pois ela está nas condições de produção e, portanto, no funcionamento do discurso do sujeito enunciador presente na entrevista, determinando a não radicalização face às cotas aéreas.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Universitária, 1980.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique; le discours politique communiste adressé aux chrétiens. **Langages** 62. Paris: Didier-Larousse, 1981.

_____. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

FERREIRA, A. B. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In Brait, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. Retornar à história [1972]. In _____. **Ditos e escritos II**. Org. Manuel Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUCHS, C. A paráfrase linguística – equivalência, sinonímia ou reformulação? **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n° 8, p. 129-134, 1985.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1993.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Edições Criar, 2005 [1984].

MARIANI, B. S. C. **O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, [1969] 1997. p. 61-161.

_____. A Análise de Discurso: três épocas [1983]. In GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). 1997. p. 311-19.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). [1975] 1997. p. 161-252.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A semântica e corte saussureano: língua, linguagem, discurso. In BARONAS, R.L. **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João, 2007 [1971]. p. 13-31.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

SOUZA, J. B. de. **O discurso midiático no fogo cruzado entre grupos transgressores organizados e equipes de segurança nacional: balas perdidas ou tiros certos?** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008. 109f. (Dissertação de Mestrado).

VEJA. **Genética não é destino**. Abril, n.º 16, ano 42, 22 abril de 2009.

VEJA. **Puxe para se livrar deles**, n.º 17, ano 42, 29 abril de 2009.

VEJA. **A candidata e o câncer**, n.º 18, ano 42, 06 maio de 2009.